

CRISTOLOGIA

Daniel D'Agnoluzzo Zatti

1. Introdução

A Cristologia está situada dentro da Teologia Dogmática, que por sua vez se insere dentro da Teologia Sistemática. É o estudo do tratado sobre *Cristo* (hb *mâshîah*, messias, Gr. *Christos*, ungido), que tenta responder ao questionamento: “quem é Jesus?”. O termo *Cristo* designa, por si, a confissão de fé cristã, e recobre os outros títulos que indicam a identidade de Jesus, como Senhor, Filho de Deus, etc. Primeiramente, de cristãos foram chamados os fiéis antioquenos (At 11,26) e o neologismo “cristianismo” foi inventado por Inácio de Antioquia.¹ Mas esse termo por si só não representa integralmente a figura de Jesus. Esta, na sua totalidade, tem duas dimensões: o homem de Nazaré (temporal e culturalmente situado) e o Messias, prometido por Deus e aguardado pelo povo de Israel (dimensão fiducial).² Portanto, a Cristologia é o nome do tratado que responde ao questionamento inicial, afirmando que Jesus de Nazaré é o Cristo da fé. Além disso, sua preocupação primeira é inserir o tratado na plataforma da doutrina da salvação.³

2. O Método

Diversas cristologias são possíveis. A diferença essencial entre elas está no método adotado pelo autor. Historicamente, porém, o método foi se aperfeiçoando e certos pressupostos são necessários para uma cristologia atualizada. Dentre esses pressupostos, destacam-se ultimamente os alcançados pela pesquisa histórica sobre Jesus. Esta passou essencialmente por três fases: a primeira, da crítica liberal (Strauss e Renan), surgida num clima iluminista, produz um Jesus humanista e naturalista, eliminando o Cristo do dogma. A segunda inicia com a reação da *Formgeschichte*⁴, sustentando que é impossível o acesso ao Jesus histórico. Barth e Bultmann são os maiores representantes dessa fase, um defendendo radicalmente a absoluta transcendência de Deus, e o outro chegando a recusar que o divino possa se revelar na história humana e que apenas vale o Cristo da fé, respectivamente. A terceira fase, na qual estamos, tem inúmeros representantes, mas principalmente Käsemann por ser o pioneiro a discordar de Bultmann. Hoje, independente do método a ser utilizado, o primeiro núcleo de qualquer anúncio cristológico deve ser a *história de Jesus Cristo*,⁵ ou seja, a cristologia não pode mais construir-se sobre o fundamento da confissão de fé e das

¹ SESBOÛÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 480.

² HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. p. 13

³ SESBOÛÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 480.

⁴ Crítica ou história das formas. Refere-se ao estudo dos Gêneros Literários da Bíblia.

⁵ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. pp. 61-65.

definições conciliares, sem fundar, por sua vez, essa confissão sobre a história e o destino de Jesus⁶.

3. A Pesquisa do Jesus Histórico

Sem termos, portanto, o estudo detalhado (embora aproximado) do ambiente e da vida de Jesus, dificilmente esclarecer-se-á a identidade do homem-Deus.

O tempo em que Jesus viveu é caracterizado por uma forte instabilidade política, devido principalmente à ocupação da Palestina pelos romanos. Os judeus sentiam-se usurpados e escravos de um povo estrangeiro. O latifúndio chega à palestina com a vinda dos romanos e isso acarreta na pobreza de muitos camponeses. Na questão religiosa, pode-se dizer que o Templo é o lugar da presença de Deus e do culto, além de um centro econômico, por conta da logística religiosa, e jurídico, por nele funcionar o Sinédrio. Por conta da mudança de sistema econômico com a vinda dos romanos, os valores tradicionais judaicos foram enfraquecendo. Além disso, as leis religiosas impostas ao povo tornam-se um peso a mais na vida do judeu. Surgem, então, movimentos populares, numa certa expectativa messiânica, em que esperavam por alguém que libertasse o povo dessa forma de escravidão política. Dessa forma, interpretam primeiramente a vinda de Jesus como alguém que os libertaria dessa situação pontual. Apenas num momento futuro é que os então discípulos o interpretariam convenientemente.⁷

Vejamos um resumo do que a pesquisa histórico-evolutiva de Gerd Theissen⁸, nos apresenta sobre Ele, sabendo que se trata do resultado que temos hoje, com os métodos de hoje: Jesus nasceu em Nazaré pouco antes do fim do governo de Herodes I (37-4 a.C.), filho de José e de sua mulher, Maria. Deve ter tido uma educação judaica elementar, conhecendo as grandes tradições religiosas de seu povo e ensinando nas sinagogas. Perto do ano 20 do primeiro século, uniu-se ao movimento de João Batista, que exortava todos os israelitas à conversão e, através de um batismo nas águas do Jordão, prometia a salvação no juízo iminente de Deus.⁹ Mas logo, Jesus se destaca na sua pregação de que a graça de Deus ainda dá chance e tempo a todos.

Com essa mensagem, Jesus viajou pela Palestina como pregador itinerante. Dentre as pessoas mais simples do povo, escolhe doze discípulos, com Pedro à frente. No centro de sua mensagem estava a fé judaica em Deus: para ele, Deus era uma imensa energia ética que logo transformaria o mundo para a salvação dos pobres, fracos e doentes, o qual, porém, poderia se tornar o “fogo do inferno” do juízo para os que não se deixassem tomar por ela. Para Jesus, Deus tinha essencialmente duas imagens: a de Pai e Rei. Confiava que a bondade do Pai se imporia em sua soberania real e que esse processo estava começando no presente.

⁶ SESBOÛÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 488.

⁷ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. pp. 42-44.

⁸ Teólogo Protestante, professor de Teologia do Novo Testamento, na Universidade de Heidelberg. Escreveu um dos manuais mais relevantes sobre a pesquisa do Jesus Histórico de nossa época.

⁹ Esta teoria sobre a adesão de Jesus a um movimento é fortemente contestada por muitos teólogos.

Para que essa sua mensagem se tornasse acessível, falava em parábolas: todos tinham uma responsabilidade infinita perante Deus e todos podiam arriscar toda a vida em vista disso. Era uma questão de decisão pessoal. Além disso, Jesus atuava como carismático que curava. Ele via nessas curas sinais do reinado de Deus que já estava começando e, ao mesmo tempo, a expressão da força da fé humana. Essa grande transformação do mundo por Deus deveria modificar a vontade humana também: a doutrina ética de Jesus era o projeto de um homem totalmente determinado pela vontade divina. Pela radicalidade de sua doutrina, discutiu com outros grupos (principalmente fariseus) sobre a forma como fazer a vontade de Deus, mas de forma particular, foi a crítica ao templo que se revelou fatídica para Jesus, quando ele se dirigiu a Jerusalém por ocasião à Páscoa: profetizou que Deus colocaria um templo novo, no lugar do antigo.

Para seus discípulos, inaugurou um novo rito: uma simples refeição feita um dia antes da festa da Páscoa. Judas, membro do seletivo grupo dos doze, revelou às autoridades o local onde Jesus estava. A aristocracia o prendeu para tomar medidas contra ele por causa da crítica ao templo, acusando-o a Pilatos contra o crime de pretensão régia. Após o episódio de sua morte, Jesus aparece primeiro ou para Pedro, ou para Maria de Mágdala e depois para um grupo de discípulos. Eles tinham a convicção de que ele estava vivo. Sua expectativa de que Deus interviria definitivamente para trazer a salvação cumprira-se de modo distinto do esperado por eles. Para eles, Jesus foi para o lado de Deus. A fé cristã tinha nascido, inicialmente, como mera variante do judaísmo.¹⁰

3.1 O anúncio do Reino de Deus

O núcleo em volta do qual gravitam o ensinamento e a atividade de Jesus consiste no Reino de Deus. A conclusão se impõe pela impressionante freqüência da fórmula “reino de Deus” ou “reino dos céus” nas palavras e ensinamentos de Jesus referidos pelos três evangelhos sinóticos. A expressão não quer indicar território, nem o âmbito ou a época de sua soberania histórico-natural, nem sequer da espiritual-ética, presente ou futura, mas exprime a realidade dinâmica da manifestação poderosa e gloriosa e a presença salvífica de Deus.¹¹

4. A fé primitiva

Seus discípulos acreditaram na Sua ressurreição e fizeram dela o ponto de partida e central para se referir ao seu Mestre. Ao aludirem a Ele, utilizaram diversos termos vindos do AT que eles ajustaram ao caso de Jesus, para lhes fazer dizer o excesso de sentido que recebem quando se referem a Ele. Vêm, indubitavelmente, a seu Mestre como um “profeta escatológico”, como diz Schillebeekx¹², ou seja, *o profeta*, mais do que *um profeta*.

O Novo Testamento inteiro sustenta com total unanimidade a convicção da ressurreição de Cristo dentre os mortos, não como figura de linguagem, mas como uma realidade histórica.

¹⁰ THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. *O Jesus Histórico*. pp.595-598.

¹¹ FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: História e interpretação*. pp. 104-106.

¹² SESBOÜÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 481

Os elementos básicos essenciais da cristologia já se encontram nos testemunhos pascais mais antigos, estando, portanto, dados com a própria fé e não constituindo ingrediente posterior. Portanto, a convicção cristã de que o crucificado foi ressuscitado e exaltado, encontrou-se com seus discípulos, os chamou para serem testemunhas e lhes prometeu sua presença permanente é mais antiga que todas as narrativas pascais, sendo a comunidade primitiva fundada com base nessas convicções.¹³

Mediante a experiência dos discípulos e o seu testemunho, a ressurreição de Jesus entra para a história humana e ressignifica toda a pessoa, obra e mensagem de Jesus, a missão dos discípulos, bem como a história humana e a inteira realidade do mundo dentro da nova perspectiva inaugurada por esse acontecimento. Nos textos evangélicos e paulinos que fazem referência à ressurreição, mobiliza-se a gama inteira da esperança bíblica que, diante da experiência do mal e da morte, apela para a justiça e fidelidade de Deus. Além disso, deve-se notar acima de tudo que a experiência da ressurreição de Jesus não se esgota com a afirmação de que ele é o profeta dos últimos tempos, e sim que é o Cristo, o Filho de Deus e o Senhor. Em Jesus, o crucificado ressuscitado, Deus manifesta o seu novo rosto de Pai e, ao mesmo tempo, o rosto verdadeiro do homem.¹⁴

Outro elemento interessante a ser considerado como presente na fé da comunidade primitiva é o soteriológico. A confissão pascal implicava que Deus se identificara com a pretensão de portador da salvação que Jesus levantara em relação à Sua atuação e, mediante indicações, também em relação à sua morte, confirmando, com isso, também a morte de Jesus como soteriologicamente relevante. Assim, não se pode excluir que já a comunidade aramaica reunida em torno de Cefas e dos doze tinha entendido a morte de Jesus como acontecimento expiatório e de perdão. Isso esteve presente em diversas tradições, que em comum têm a interpretação da paixão como evento salvífico de caráter vicário.¹⁵

Quanto a fé no envio do Paráclito, duas tradições se impõe como fontes: a joanina e a lucana. Ambas indicam o dom do Espírito Santo como fruto da morte e da ressurreição de Jesus Cristo. Os cinquenta dias, que simbolizam plenitude, indicam que a páscoa se completa em seu significado e valor em Pentecostes. A redenção, portanto, é uma única obra com dois tempos de realização: um tempo cristológico, do único sacrifício redentor de Cristo; e outro tempo pneumatológico, que consiste na aplicação, para a comunidade de fiéis, da vitalidade desse sacrifício.¹⁶

5. O amadurecimento da fé

¹³ SCHNEIDER, Theodor (org). *Manual de Dogmática*. pp. 257-262.

¹⁴ FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: História e interpretação*. pp. 314-319.

¹⁵ *Ibid.* pp. 271-271.

¹⁶ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. pp. 231-232.

O desenvolvimento do dogma cristológico parte da Sagrada Escritura, que origina a reflexão patrística e conciliar. A confissão de Jesus como Senhor e Filho de Deus foi retomada com firmeza nas primeiras confissões de fé desde a época dos Padres apostólicos. Os símbolos eclesiais são principalmente frutos do encontro articulado entre dois tipos de confissão de fé: a confissão trinitária e a confissão propriamente cristológica que retoma os discursos querigmáticos dos Atos (At 2).¹⁷

A doutrina da Igreja sobre Jesus Cristo foi elaborada durante os sete primeiros séculos de nossa era. Foram sete concílios cristológicos até termos as definições que caracterizam a fé em Jesus para a Igreja. Cabe ainda dizer que os concílios não emergiram sem haver compreensões dúbias sobre os dados da fé. O primeiro concílio cristológico foi o de Nicéia (325), enfrentando a controvérsia ariana, que sustentava a negação da alma humana de Jesus (erro cristológico), além de afirmar a semelhança entre o Verbo e uma criatura (erro trinitário). Ario negava a eternidade do Verbo, afirmando que o Filho não existiu sempre, pois houve um tempo em que não era. Nega também a divindade do Filho, ao afirmar que o Filho é uma criatura do Pai e que o Pai serviu-se do Filho como instrumento da criação do mundo. Na encarnação, o Verbo teria assumido um corpo que era seu instrumento, um corpo sem alma. Portanto, nega a alma humana de Jesus. O concílio, rebatendo os ensinamentos de Ario, afirma que o Filho foi gerado da mesma substância do Pai e não foi criado do nada, por isso é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro. Desta forma, define a divindade total do Filho, que não é criatura, mas nascido da natureza do Pai e idêntico (consustancial - *homooúsios*) a Ele em condição divina.¹⁸

O erro trinitário estaria resolvido, mas não completamente o cristológico. Não havido tratado da alma humana de Jesus, abriu-se a possibilidade para outro desvio. Foi o apolinarismo, que negava a alma humana de Jesus, pois seria um princípio que se opõe ao Verbo. Formalmente, foi no Primeiro Concílio Ecumênico de Constantinopla (381) que acontece a reação contra Apolinário¹⁹. A argumentação escriturística e racional dos Padres objetará que o único mediador deve ser tão completamente homem quanto é Deus. Até então as tentações de redução do mistério de Cristo tinham suscitado verdadeiros esclarecimentos concernentes à integridade da sua humanidade (alma, corpo, espírito).²⁰

Encerra-se uma discussão, iniciam outras. Com a afirmação da divindade do Verbo e da alma humana, questiona-se sobre a unicidade da pessoa de Cristo. Pelo contrachoque que se seguiu à definição de Nicéia, a discussão parte não tanto do homem Jesus, mas do Verbo de Deus e se indaga sobre o modo de sua encarnação. Nestório²¹, na sua maneira de ver essas duas realidades de Jesus Cristo, institui entre elas certa distância, a ponto de recusar a comunicação dos dois idiomas (portanto, o nestorianismo não aceita que o Verbo nasceu,

¹⁷ *Ibid.* p. 482.

¹⁸ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. pp. 161-162.

¹⁹ Bispo de Laodicéia (362-390) e companheiro fiel de Atanásio na luta pela execução dos decretos de Nicéia durante muitos anos.

²⁰ SESBOÜÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 484.

²¹ Bispo de Constantinopla em 428, teve que enfrentar o debate sobre a maternidade de Maria (*Theotokos ou Christotokos*, do qual ele era a favor).

sofreu e morreu²²). O concílio de Éfeso (431), então, canonizando uma carta que Cirilo de Alexandria enviou ao próprio Nestório, afirma que o Verbo sofreu uma segunda geração na carne (Maria é, portanto, verdadeiramente “mãe de Deus” [*theotokos*]), em razão de seu ato subsistir segundo a hipóstase (*união hipostática*), ou seja, não assumiu essa geração como uma realidade exterior a ele, mas como o que afeta a sua pessoa mesma.²³

Elucidada a questão da unidade, havia ainda imprecisões quanto à distinção entre divindade e humanidade. O monge Êutiques entende que resta uma natureza apenas depois da união hipostática, já que a grandeza da natureza divina diluiria a humana (monofisismo). O concílio de Calcedônia (451), então tratando de elucidar a linguagem usada em Éfeso, redigiu uma nova confissão de fé cristológica, afirmando a unidade da pessoa em Cristo, em duas naturezas, destacando suas distinções.²⁴

A recepção de Calcedônia não ocorreu sem problemas, tendo o século posterior sido marcado por lutas religiosas que causaram inclusive intervenção de poder político. Unidade e distinção em Cristo serão os pólos do debate pós conciliar. Provocando cisma entre algumas igrejas, houve a necessidade de se convocar mais um concílio, que propusesse uma interpretação cristológica à luz da doutrina proclamada em Éfeso (destacando a unidade de Cristo). O II concílio de Constantinopla (553) trabalhou o conceito de “duas naturezas” segundo uma consideração conceitual e não pondo as duas naturezas separadamente da existência. Há um Cristo apenas.²⁵

Na vontade de conciliar os monofisitas com a ortodoxia, surge a controvérsia do monotelismo, que atribuía apenas uma vontade a Cristo (a liberdade humana de Jesus como instrumento passivo da sua vontade divina). Visão condenada no Concílio de Latrão (649), ficou mais explicitada no Concílio de Constantinopla III (680-681), que reassume a definição de Calcedônia, afirmando que em Cristo há duas vontades naturais e duas operações naturais sem divisão, sem mudança, sem separação e sem confusão (DS 556). Em suma, enquanto Calcedônia afirma a perfeição da humanidade do Verbo, III Constantinopla afirma a perfeição de sua vontade humana.²⁶

O último concílio de alcance nitidamente cristológico foi Nicéia II. Depois da crise iconoclasta que se alastrou no Oriente no séc. VIII, afirmou a legitimidade do culto das imagens, com base na encarnação, porque o Verbo de Deus, a perfeita imagem do Pai, tornou-se visível em Cristo. Os concílios seguintes fazem certa alusão ao tratado cristológico, mas não trazem novidades substanciais para serem chamados de cristológicos. Pode-se dizer, ainda, que o concílio Vaticano II fundará a antropologia da *Gaudium et Spes* no mistério de Cristo, na intenção de mostrar que Ele é a verdade do homem. O concílio também olhará para

²² HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. p. 166.

²³ SESBOÜÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 485.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. p.p. 173-175.

a realidade desde um paradigma de Cristo como centro da criação para redigir muitos de seus documentos.²⁷

6. Questões contemporâneas

Atualmente, a teologia se encontra diante de uma miríade de cristologias. Ela se defronta com a tarefa de comunicar de modo construtivo o significado intrínseco da história e da pessoa de Jesus Cristo. Deve, ainda, tornar visível a continuidade da fé em Jesus Cristo e tematizá-lo como portador da salvação no horizonte dos problemas atuais da existência humana.²⁸

Seus principais modelos são os que seguem: i. Cristologia dos manuais: ancora-se nas fontes bíblicas, patrísticas e conciliares. É uma cristologia do alto, preocupada em ressaltar a divindade de Cristo; ii. Cristologia protestante: baseada na Cruz, como modelo mais adequado para compreender e viver totalmente a mensagem cristológica; iii. Cristologia cósmica: inaugurado pelos Padres (Irineu e Tertuliano), Teilhard de Chardin a atualiza científica, filosófica e teologicamente, salientando Cristo como o Criador, centro e fim do cosmo; iv. Cristologia histórica: parte da história como chave hermenêutica para decifrar o evento Jesus Cristo (Kasper; Pannenberg; Bruno Forte); v. Cristologia transcendental: cristologia se apresenta como suprema forma da antropologia. Na busca entra a união do divino e o humano, ela se caracteriza pela transcendentalidade (Rahner); vi. Cristologia da libertação: interesse pelo Jesus da história que partilhou dos sofrimentos e contradições humanas, para anunciar um reino de justiça e de libertação.²⁹

Finalmente, desde um ponto de vista mais amplo, cabe destacar a questão da universalidade de Cristo como salvador de todos os homens. Há uma tendência a relativizar sua figura, a partir do diálogo inter-religioso. Três posturas são possibilitadas (J. Dupuis): exclusivismo (não há salvação senão pela Igreja que professa Jesus Cristo); inclusivismo (a unicidade da pessoa de Cristo é o elemento constitutivo e universal da salvação); e pluralismo (teocentrismo em que a pessoa de Jesus é considerada seja como normativa, seja como não normativa).³⁰

²⁷ SESBOÜÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 486.

²⁸ SCHNEIDER, Theodor (org). *Manual de Dogmática*. p. 221.

²⁹ HACKMANN, Geraldo L. B. *Jesus Cristo, nosso Redentor*. p.p. 33-37.

³⁰ SESBOÜÉ, Bernard. CRISTOLOGIA. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*, p. 489.

RESUMO DAS HERESIAS

1. Monarquianismo: Não admitia a existencia de Deus como Pessoas, mas uma Pessoa apenas.
 - a. Modalistas: o Pai sofreu a Paixão. O Filho é manifestação do Pai.
 - b. Dinamistas (adocionistas): nega a divindade de Cristo. Ele é puro homem investido de força divina através do batismo.
2. Docetismo: Cristo não tinha corpo real, capaz de sofrer e morrer, pois seu corpo era só aparente. Nega a humanidade de Cristo.
3. Subordinacionismo: Considera o Verbo inferior ao Pai, e não consubstancial, mas semelhante (*homoiúsios*). Diz que Deus Pai não foi gerado, o Verbo é a inteligência do gerado pelo Pai e o Espírito Santo é a alma do mundo.

Argumentos que refutam estas heresias:

1. Argumento Soteriológico: “Aquele que não foi assumido não foi salvo; mas aquele que foi salvo é aquele que estava unido a Deus”
2. Argumento Trinitário: O Filho é consubstancial ao Pai e da mesma natureza divina.
3. Comunicação dos atributos (idiomas): Unidade entre natureza humana e divina.

CONCÍLIOS E HERESIAS

<p>Concílio do Nicéia (325): Verbo é consubstancial ao Pai – <i>resolve o erro trinitário</i> Afirma divindade do Filho</p>	<p>Arianismo: Verbo é criatura do Pai Verbo é semelhante à divindade do Pai Verbo tem as fraquezas humanas Nega alma humana de Cristo <i>Erro cristológico e trinitário</i></p>
<p>Constantinopla I (381): Verdadeira natureza humana do Verbo Verbo assume natureza humana completa, para salvar corpo e alma humana – <i>argumento soteriológico</i> Alma humana unida ao Verbo Fez merecermos a Salvação</p>	<p>Apolinarismo: Nega alma humana de Jesus Há humanidade parcial (motor e instrumento) Negação da possibilidade da natureza humana completa de Jesus 1 natureza – 1 pessoa</p>
<p>Concílio de Éfeso (431): Theotókos União hipostática Um só Filho / um só Cristo / um só Senhor Eucaristia Consubstancial ao Pai e aos homens</p>	<p>Nestorianismo: Não aceita que o Verbo nasceu, sofreu e morreu Propõe a questão da unidade humano/divina de Cristo. Como resolver? Cristotókos</p>
<p>Concílio de Calcedônia (451): Distinção entre natureza e hipóstase Precisa a linguagem utilizada em Éfeso Jesus consubstancial ao Homem e a Deus 1 pessoa e 2 naturezas Corpo e alma racional (humana)</p>	<p>Monofisismo: Duas naturezas antes da união, mas depois uma só natureza Não aceita natureza consubstancial à do homem</p>

<p>Constantinopla II (553): Precisa a definição de Calcedônia Não há divisão das naturezas, mas também não há confusão entre elas A fórmula “Uma só natureza encarnada” significa “duas naturezas”</p>	<p>Não responde a heresias</p>
<p>Constantinopla III (680-681): Em Cristo há 2 vontades naturais e 2 operações naturais, sem divisão, sem mudança e sem confusão</p>	<p>Monotelismo: Atribui apenas uma vontade (divina) a Cristo</p>
<p>Nicéia II (787): Responde à luta iconoclasta Imagens são meras representações Eucaristia é o Cristo verdadeiro Utilidade das imagens de Cristo, Maria e Santos</p>	<p>Não responde a heresias</p>